



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, informações sobre as denúncias de assédio sexual e crime de racismo supostamente praticados pela Ministra Cida Gonçalves, pela secretária-executiva, Maria Helena Guarezi e outros funcionários.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, informações sobre as denúncias de assédio sexual e crime de racismo supostamente praticados pela Ministra Cida Gonçalves, pela secretária-executiva, Maria Helena Guarezi e outros funcionários.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quantas e quais os fatos das denúncias de assédio moral e racismo alegadas contra a ministra e demais funcionários do Ministério das Mulheres?
2. Quais as denúncias feitas contra a Ministra?
3. Quando a Ministra tomou ciência sobre cada uma das denúncias feitas?
4. Existe algum registro formal dessas denúncias na ouvidoria do Ministério? Se sim, quantas reclamações foram feitas e qual o seu status atual?



5. Quantas foram as exonerações feitas durante a gestão da Ministra Cida? Qual o nome de cada funcionário exonerado e qual motivo de cada uma das exonerações?
6. Quais foram os procedimentos adotados para apurar essas denúncias? Existe um cronograma definido para a investigação?
7. Quem está responsável pela investigação? Qual o nome do servidor responsável?
8. Que medidas tem sido tomadas pela ministra para lidar com essas alegações? Há algum registro de reuniões ou ações específicas realizadas pela ministra em resposta a essas denúncias?
9. O Ministério possui políticas de prevenção e combate ao assédio moral e racismos? Que tipo de treinamento e orientações são oferecidos aos colaboradores?
10. Existem casos anteriores relatados no Ministério que sejam semelhantes a essas denúncias? Como foram tratados e qual foi o resultado?
11. Que impactos as denúncias tiveram sobre a equipe do Ministério e sobre o ambiente de trabalho? Há relatos de funcionários que se sentiram afetados por essas situações?
12. Qual o compromisso do Ministério com a transparência desse processo de apuração? Serão divulgados relatórios após a conclusão da investigação?
13. O Ministério está colaborando com outras entidades ou órgãos especializados na apuração desse tipo de denúncia?

JUSTIFICAÇÃO

A recente notícia sobre as denúncias de assédio moral e racismo no Ministério das Mulheres levanta questões sérias e preocupantes sobre a conduta



de membros da administração pública e a cultura organizacional da referida pasta. As alegações, que envolvem tanto a ministra quanto outros funcionários, se não verificadas e tratadas com rigor, podem minar não apenas a confiança do público nas instituições governamentais, mas também a eficácia das políticas voltadas para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres. Portanto, é fundamental investigar a fundo esses episódios e buscar esclarecer as responsabilidades envolvidas.

De acordo com as reportagens, os relatos de assédio moral contra a ministra envolvem a secretária de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, Carmen Foro, exonerada em 8 de agosto. Depois da demissão, a ministra teria usado uma reunião para “ameaçar” o emprego de funcionárias que faziam parte da equipe de Foro. Em uma gravação obtida pelo Alma Preta, é possível ouvir a ministra dizendo “quem é dela e que veio com ela, tinha que ir”. A ministra também foi acusada de contribuir para um ambiente de trabalho marcado por assédio moral e perseguição. O site registrou laudos de problemas como síndrome.

Já a secretária-executiva, Maria Helena Guarezi, foi acusada de racismo por supostamente ter pedido a Carmen Foro, que tem cabelo crespo, para se sentar durante uma reunião. Segundo relatos, o cabelo de Foro estaria “atrapalhando a visão do espaço”. As funcionárias e ex-funcionárias alegam que a ministra das Mulheres sabia do caso, mas não agiu. Outras relataram ser comum ouvir comentários como “de novo isso de racismo?” e “já vem essa de mulher negra”.

Assim, a existência de denúncias desse tipo dentro de uma instituição que tem a missão de defender os direitos das mulheres gera um paradoxo que precisa ser resolvido. A credibilidade da Ministra, assim como das iniciativas do Ministério, depende diretamente de sua capacidade de lidar com essas alegações de forma transparente e responsável. Um ambiente de trabalho que perpetua o assédio e a discriminação contradiz a própria essência do trabalho ministerial e compromete a implementação de suas políticas.



O requerimento de informação que estamos propondo é uma ferramenta essencial para que o Senado exerça seu papel de fiscalização e controle social. Por meio deste requerimento, teremos acesso a dados e esclarecimentos que permitirão uma avaliação crítica da situação. A transparência é um pilar fundamental da democracia, e essa investigação ajudará não apenas a entender os fatos, mas também a garantir que medidas adequadas sejam tomadas para prevenir a recorrência de tais situações no futuro.

Ademais, é importante ressaltar que a apuração rigorosa dos fatos permitirá identificar falhas nas políticas internas do Ministério e, consequentemente, cobrar pela implementação de ações corretivas.

Assim, ao protocolar este requerimento de informação, buscamos assegurar que as denúncias de assédio moral e racismo sejam tratadas com a devida seriedade e que a verdade prevaleça. A responsabilidade dos gestores do Ministério é crucial para restaurar a confiança da sociedade em suas instituições e garantir que os princípios de igualdade e respeito sejam efetivamente promovidos.

Fontes:

<https://www.poder360.com.br/poder-governo/acusada-de-assedio-moral-ministra-das-mulheres-diz-que-segue-no-cargo/>

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

